



# Geopolítica Portuguesa

*“Não há vento favorável para aquele que não sabe para onde vai.”*

Sêneca

Portugal nasceu no séc. XII<sup>1</sup> e é considerado o Estado-Nação mais antigo do continente europeu<sup>2</sup>. Foi um império global entre a conquista de Ceuta (1415) e a entrega de Macau à China (1999), sendo que actualmente inclui um triângulo estratégico constituído por dois arquipélagos (Açores e Madeira) e uma faixa continental no extremo ocidental da Península Ibérica. A III República optou pela ruptura com o paradigma geopolítico tradicional *ao virar costas aos oceanos* para fugir às memórias do passado colonizador após a Revolução dos Cravos a 25/04/1974 e do processo de descolonização (1974/75). Depois investiu fortemente na adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), aprofundou a sua integração em 1993 no Mercado Único Europeu e, em 1999/2002, entrou para uma União Económica e Monetária (UEM) ao tornar-se país fundador da Zona Euro.

Os problemas acumulados após dezanove governos constitucionais em menos de quarenta anos, fizeram o país atolar-se numa grave crise que não é apenas económico-financeira, sobretudo depois de 2008, da qual ainda não saiu e que pode levar décadas a pagar. Para além disso, Adriano Moreira (2009) admite que as perdas sucessivas de soberania e de

espaço de decisão estejam a transformar Portugal num Estado Exíguo<sup>3</sup>.

As crises conferem instabilidade à economia e às expectativas racionais dos cidadãos, mas estas foram recorrentes em Portugal ao longo dos seus novecentos anos de História. Podem ser recordados alguns exemplos. D. Afonso Henriques que almejava a independência de Portugal, desafiou os interesses instalados na Península Ibérica, bem como a vontade dos Papas numa época em que estes eram os árbitros nas relações internacionais porque o Vaticano representava Deus sobre todas as terras da cristandade (o rei D. Afonso II chegou a ser excomungado pelo Papa Honório III). A I Dinastia teve várias guerras civis e guerras fronteiriças. A II Dinastia importou a Inquisição (que abafaria Portugal entre 1536/1821) e perdeu a independência em relação a Espanha. A III Dinastia obrigou Portugal a lidar com todos os inimigos do império filipino. A IV Dinastia trouxe a Restauração da independência mas também várias contendas internacionais, entre as quais as Invasões Francesas (1807/10) seguidas em Portugal de guerra civil (1828/34), o fracasso do Mapa Cor-de-Rosa desenhado em 1886 após a Conferência de Berlim (1885) e arrasado pelo Ultimato Inglês (1890). Na I República

escolheu-se a participação activa na I Guerra Mundial para não perder o império ultramarino. A neutralidade na II Guerra Mundial acabou por salvaguardar a integridade do território mas a opção pela guerra colonial levou à Revolução do 25 de Abril de 1974 e à Descolonização. Depois de duas intervenções do FMI em Portugal (em 1977 e 1983), Portugal abriu as portas à *Troika* (BCE, Comissão Europeia e FMI) e ao seu modelo de austeridade financeira.

Se admitirmos que a crise portuguesa actual é apenas *mais uma* de lista longa, então poderemos talvez fazer algumas comparações. E terá havido algum período histórico com elementos comuns aos coevos, que possa servir de exemplo de análise? É óbvio que a História não se repete e que as situações nunca poderão ter sido iguais, mas talvez se possa aprender com lições do passado, para ajudar a enquadrar o presente e a equacionar cenários geopolíticos futuros, que possam auxiliar na escolha do caminho a seguir daqui para a frente.

Hoje em dia, a elite lusa parece almejar que Portugal integre uma futura Federação Europeia (ainda por fundar), admitindo que um Portugal PPP (pequeno, pobre e periférico) ou PIGE (Portugal, Itália, Grécia e Espanha – o grupo das economias falidas *ou quase* do sul da Europa) não consegue salvaguardar o bem-estar da sua população e sobreviver de outra forma na geopolítica mundial. Será esta a melhor solução geopolítica para a antiga Lusitânia?

Primeiro, Portugal não é uma Federação, é um Estado-Nação e sempre o foi, a não ser talvez quando integrou o império da dinastia dos Habsburgo (1580/1640). Curiosamente, a Alemanha (a *líder informal* hoje em dia na Zona Euro) tem perfil de Federação mas curta experiência enquanto Estado-Nação (a moderna Alemanha corresponde ao período do II Reich entre 1871/1918; o país foi repartido após a queda do III Reich e reunificado em 1990).

Segundo, Portugal aderiu a uma CEE de doze Estados-membros que se transformou numa UEM de dezassete países (na UE são vinte e oito ao todo) em apenas duas décadas. Os sucessivos alargamentos e constantes mudanças de sistema, sem acautelar primeiro a convergência económica e uma visão de conjunto que velasse pelo interesse nacional de todos os Estados-membros, acabaram por agitar as traves mestras do bloco regional e mostrar os podres escondidos por debaixo do tapete. A Grã-Bretanha, a aliada internacional mais antiga de Portugal, já ficou a meio caminho ao não integrar a Zona Euro (mantém-se na UE), e é cada vez mais crítica das medidas escolhidas pelo directório franco-alemão, o que devia ser um sinal de alerta para Portugal.

Depois, importa lembrar a evolução desde o início. O primeiro grande projecto de união europeia foi o império romano (na época envolvia todo o Mediterrâneo); o segundo foi o Sacro Império Romano-Germânico herdado de Carlos Magno (*I Reich*); sem esquecer o Sacro Império Romano-Germânico de Carlos V, em parte herdado por D. Filipe II de Espanha. Com os

tratados de Roma de 1957 foi criada a CEE de eixo franco-alemão, hoje elevada a UE. Até agora, Portugal integrou três desses traçados estratégicos. No primeiro caso, Viriato lutou contra o domínio romano mas os seus aliados béticos mataram-no porque pensavam diferentemente, e a Lusitânia e a Bética passaram a integrar a romana Hispânia Ulterior até às invasões bárbaras do séc. V, sendo que os povos suevos e visigodos eram mormente de origem germânica e aplicaram a força até às invasões mouras de 711. No segundo caso, as elites portuguesas negociaram pacificamente a integração ao império Habsburgo de D. Filipe II que incluía várias possessões europeias. Recorda-se que Portugal não foi conquistado militarmente por Espanha em 1580, pois na época venceram os adeptos da união das coroas ibéricas (elites – classes privilegiadas) contra os simpatizantes da independência (povo e baixa burguesia), sendo acordada uma autonomia administrativa sob o princípio da unidade na soberania com administração separada assegurada por portugueses, com abertura de fronteiras para incentivar a mobilidade de bens, serviços e pessoas. As vantagens das primeiras décadas da integração foram gradualmente substituídas pelo aumento da pobreza e do desemprego consequentes da austeridade e dos impostos elevados; pela dependência crescente em relação ao centro de poder (localizado no exterior); pela fragilização crescente das Forças Armadas nacionais e contracção dos orçamentos da Segurança & Defesa; enquanto se garantiam os interesses instalados das elites portuguesas fieis ao desígnios externos definidos por líderes não escolhidos directamente pelos cidadãos portugueses, à custa do bem-estar do povo e da baixa burguesia (a grande maioria da população). Apenas quando as expectativas das elites foram defraudadas se deu voz ao povo, com a Restauração da Independência em 1640, uma emancipação que levou trinta anos a cimentar (guerras da restauração entre 1640/68). O dia *um de Dezembro* foi elevado a feriado nacional em 1910 pelo I governo da República portuguesa, sendo celebrado até que o XIX governo constitucional acabou com ele em 2012. Ou seja, não se celebre mais a luta pela independência quando Portugal é temporariamente um protectorado internacional e se silenciam as



Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE



vozes que defendem soluções alternativas às definidas pela mentalidade dominante.

Quarto, na UE do séc. XXI todos os estados-membros partilham soberania, direitos e responsabilidades em prol do grupo, mas de forma supostamente proporcional e não igualitária, pois os países com mais população têm mais votos na matéria (sobretudo a França e a Alemanha). Como são quase trinta a deliberar (dezasete na Zona Euro) têm diminuído drasticamente as decisões por unanimidade e afirma-se um informal directório franco-alemão (na verdade, desde os Tratados de Roma em 1957) talvez encabeçado pela Alemanha reunificada - a maior e mais próspera economia do bloco regional, que expande influência sobre mais territórios através do *soft power* do que conseguiu com base no *hard power*.

Quinto, Portugal é uma pequena economia da UE, estruturalmente frágil, a rondar os 10,5 milhões de habitantes, longe do eixo franco-alemão, com pouco poder no xadrez comunitário para asseverar os seus interesses específicos, que são mais ultramarinos do que continentalistas, ao contrário do que acontece com a Alemanha e os países da Europa de leste, que centram as suas preocupações nos dossiers a negociar com a Rússia e a sua área de influência euro-asiática. Portugal não é um país mediterrânico como os seus colegas do sul (Espanha, Itália e Grécia, com os quais é repetidamente comparado), mas como fica junto das *colunas de Hércules* (estrito de Gibraltar), deve ter um plano para fazer face às mudanças geopolíticas do *mare nostrum* (por exemplo, decorrentes da *Primavera Árabe*), aproveitando possíveis alianças no *mundo islâmico* (que não são tanto da França e de Espanha) para prevenir antes de remediar. Importa-lhe o diálogo transatlântico com os EUA e as economias emergentes do hemisfério sul (com destaque para o Brasil, Angola, China e Índia). Mas cada vez mais a UE coarctá-lhe a flexibilidade para assinar acordos vantajosos que não envolvam os outros estados-membros, os quais podem ter prioridades diferentes das suas. Para agravar a situação, a UE tem um grave problema de competitividade e os mercados estão saturados. A baixa convergência económica de Portugal com os colegas da UE contrasta com a forte dependência que tem deles (a UE representa 80% do comércio externo português) e que aumentou após anos de aplicação das políticas comunitárias. Portugal ao entrar para a CEE em 1986 tinha mais a ganhar do que agora com o

Tratado de Lisboa (2007); o qual por exemplo, obriga à transferência de competências da defesa e gestão dos recursos marinhos da Zona Económica Exclusiva (ZEE) portuguesa para a UE, o que põe em causa a soberania desse território.

Sexto, a UE confere grandes vantagens, mas as políticas comunitárias não são tão sustentáveis e solidárias como a retórica da UE as faz crer. Por exemplo, Portugal tem recebido pacotes de ajuda externa através da *Troika*, mas sempre que volta aos mercados para vender títulos do tesouro, obriga-se a pagar juros elevados que garantirão substanciais lucros aos seus credores durante décadas. Outro exemplo, embora Portugal tenha recebido muitos fundos comunitários (sendo culpa sua a oportunidade perdida de os utilizar de forma eficiente), estes não foram *almoços grátis*, pois as condições acordadas favoreceram no longo prazo as grandes potências da UE (um clássico exemplo, é que de alguma forma a Alemanha financiou a sua reunificação e não tê-lo-ia sido capaz sozinha). Portugal foi *incentivado* a diminuir investimentos em sectores-chave rivais dos colegas mais fortes (por exemplo, na agricultura e nas pescas) e para direccionar as suas atenções para áreas como o turismo e a florestação, com resultados à vista: crescente êxodo rural para as cidades e desertificação do interior, abandono do trabalho do mar pelas gerações mais novas, o enfraquecimento da agricultura portuguesa e a multiplicação de incêndios florestais anualmente. Mas também se registou uma forte desindustrialização, o que não garante um futuro de auto-suficiência nem de sustentabilidade económica para Portugal.

Sétimo, a falta de solidariedade no seio da UE demonstra-se também nas severas críticas aos supostos PIGS e das políticas de austeridade muito rigorosas sobre países como Portugal e a Grécia que os colocam numa posição de humilhação e maior dependência, como se o problema da crise económico-financeira não fosse da responsabilidade de todos os Estados-membros. Segundo, começam a surgir tensões internas que aquecem uma crise comunitária que não é apenas económica, sendo exemplo a discórdia sobre Gibraltar - território cedido pela Espanha à Grã-Bretanha como parte do pagamento da guerra da Sucessão Espanhola (1702/14) através do Tratado de Utrecht (1713). A Espanha retaliou com um controlo mais apertado junto à fronteira contra a construção de um recife artificial pela Grã-Bretanha em Junho de 2013. Os antigos rivais equacionaram apelar a instâncias internacionais talvez porque a Espanha gostasse de recuperar Gibraltar e a Grã-Bretanha de ir além do acordado em 1713. Mais valia estarem sossegados, pois Portugal, que fica mesmo ao lado, tem ocupado o território de Olivença por Espanha (um território que é sua pertença desde a anulação dos Tratados de Badajoz de 1801 pelo art. 3º do tratado de Paris de 1814 e pelo art. 105º do Congresso de Viena de 1815). Isto é, na UE há *filhos e enteados, e a medida não é igual para todos*.

Oitavo, a UE vive um momento especialmente difícil da sua evolução, porém, ao invés de cimentar e estabi-

# A falta de solidariedade no seio da UE demonstra-se também nas severas críticas aos supostos PIGS e das políticas de austeridade muito rigorosas sobre países como Portugal e a Grécia que os colocam numa posição de humilhação e maior dependência, como se o problema da crise económico-financeira não fosse da responsabilidade de todos os Estados-membros

lizar instituições, permite a adesão da Croácia em Julho de 2013, em plena crise. A própria criação da Zona Euro (1999/2002) foi demasiado próxima da data de alargamento a leste em 2004 e 2007, que trouxe de repente mais doze colegas para a mesa das negociações, a maior parte dos quais não estava ainda preparado para responder aos desafios comunitários. Ou seja, na UE tem-se feito demasiado em pouco tempo, não garantindo primeiro os necessários ajustamentos, ao ponto de colocar em risco a saúde do bloco regional num contexto de incerteza e de crise à escala global como é o actual.

Posto isto, recupera-se a pergunta inicial: deverá Portugal aderir a uma futura Federação Europeia? Para responder, talvez fosse de questionar sobre a viabilidade de uma tal estrutura nos próximos anos, sem que se vaticine a sua morte rápida por implosão, ou que esta se transforme a longo prazo num *IV Reich*.

Não é obrigatório que a UE se torne numa Federação Europeia, mas se tal acontecer todos os Estados-membros deverão estar conscientes do significado de tal opção; deverão assegurar vantagens líquidas a favor do bem-estar das suas populações, e clarificar os objectivos pelos quais abdicam de forma duradoura (do que ainda sobra) das suas soberanias nacionais, para não haver depois desilusões. É preferível reflectir enquanto a porta

está aberta (o Tratado de Lisboa tem clausula de saída), antes de assinar acordos que impliquem a entrega total da soberania sem cabal retorno, para não ser necessário atirar outra vez o *Miguel de Vasconcelos pela janela*.

Em Portugal, presentemente um Estado Democrático de Direito (ou quase, porque a Justiça não funciona), o povo tem poder para eleger os seus representantes regularmente, logo, é responsável pelo *status quo*, na medida em que não pode atribuir as culpas ao regime opressor de um rei absoluto ou de um ditador, mas aos líderes e aos partidos políticos que escolheu para governar durante a III República. Também é verdade que a *Troika* não tem representantes eleitos directa ou indirectamente pelos portugueses, e que os nossos cidadãos só elegem alguns deputados para o Parlamento Europeu, sendo que a maioria dos burocratas comunitários agem sob influência dos interesses das grandes potências europeias, ao contrário do bem comum.

Os *egrégios avós* que legaram um Estado-Nação à contemporaneidade devem estar a revolver-se no túmulo, mas como hoje em dia os portugueses são pouco versados em História, não têm consciência disso, ou dos choques geopolíticos que sempre existiram no xadrez europeu; ou do significado das perdas de soberania para Portugal, filho da antiga Lusitânia colonizada durante 1200 anos (500 anos de romanos, 200 de bárbaros e 500 de mouros). Talvez a identidade portuguesa e os interesses estratégicos do povo luso possam ser preservados num contexto de Federação Europeia, mas é melhor salvaguardar essas condições antes de assinar a adesão, do que depois *chorar um fado por el-Rei D. Sebastião*. 🍷

<sup>1</sup> Portugal possui quatro datas de referência para o início da sua nacionalidade: 24/06/1128 (Batalha de São Mamede, D. Afonso Henriques sobe ao trono do Condado Portucalense), 25/07/1139 (Batalha de Ourique, D. Afonso Henriques autoproclama-se Rei de Portugal), 05/10/1143 (Tratado de Zamora, o Rei D. Afonso VII de Leão e Castela reconhece a independência do Reino de Portugal) e 23/05/1179 (Bula *Manifestis Probatum* em que o Papa Alexandre III reconhece a independência do Reino de Portugal).

<sup>2</sup> European Commission (2007). "The Education System in Portugal 2006/07". *Eurybase – The Information Database on Education Systems in Europe*, Directorate-General for Education and Culture, p. 1.

<sup>3</sup> Moreira, Adriano (2009). *A Circunstância do Estado Exíguo*. Lisboa: Diário de Bordo.

<sup>4</sup> Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais, Licenciatura e Mestrado em Economia. Auditora do Curso de Defesa Nacional do Instituto de Defesa Nacional. Experiência de cinco anos em docência no Ensino Superior, e de dez anos em investigação científica em instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Autor



**Maria Sousa Galito**  
Investigadora convidada do  
CEsA/ISEG/UL<sup>4</sup>  
CDN-2013